# REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 1

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 1 - JAN/JUN DE 2005
ISSN 1980-9018


## Luta Por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro

***Fight for Land Agrarian Reform in Rio de Janeiro***


*Desde os anos 50 o Rio de Janeiro tem sido palco de profundos conflitos fundiários, vinculados em geral à resistência dos trabalhadores rurais ao avanço da especulação imobiliária, fruto da urbanização e do desenvolvimento da atividade turística. Nos anos 80 e 90 somou-se a isso a luta empreendida por trabalhadores desempregados, subempregados e mal aposentados das periferias urbanas buscando o acesso à terra como alternativa de sobrevivência. Tal fato foi fortalecido nos últimos anos pela (re)organização do MST no estado, depois da tentativa frustrada da década de 80. Assim, abre-se hoje como alternativa à histórica concentração fundiária e ociosidade a terra no Rio de Janeiro, a perspectiva da realização de uma reforma agrária que represente uma alternativa de geração de emprego e desenvolvimento local e regional, contribuindo para uma reorganização espacial deste estado tão profundamente metropolizado e urbanizado.*


Desde os anos 50, quando não apenas no Rio, como no país, proliferam as lutas por terra, no contexto da transformação da reforma agrária em um dos principais itens em jogo no debate político brasileiro, a luta pela terra no Rio de Janeiro se dá basicamente em áreas que se encontram em processo de urbanização, ou que são alvo de especulação visando uma futura ocupação urbana.

No caso da Baixada Fluminense, por exemplo, o programa de drenagem realizado nos anos 40, com o objetivo inicialmente declarado de viabilizar o surgimento de um cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro que se encontrava - apesar da decadência econômica frente a São Paulo - em plena expansão, transformou-a em polo de especulação. A maioria dos grandes proprietários de terras e grileiros do local optaram pela erradicação dos laranjais ali existentes, expulsão dos lavradores e sua substituição por loteamentos urbanos ou, nas áreas mais distantes, pelo gado, tradicional forma de mascarar a ação especulativa, aguardando os efeitos valorizadores da expansão urbana.

Todo este processo foi viabilizado pelo enorme crescimento populacional da região. De 1950 a 1970, Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis tiveram crescimento populacional de 340%, contra 80% do Rio de Janeiro. A construção de estradas de rodagem e a eletrificação das estradas de ferro dotaram a região de ampla estrutura viária, facilitando o acesso à capital e criando as condições para a formação de cidades-dormitório. Posteriormente, o próprio Estado investiu na criação de indústrias na região, de que são exemplo a extinta Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias, contribuindo ainda mais para a mudança do perfil de ocupação inicial. Com isso, esta área, até então agrícola, se transformou em espaço especulativo, na confluência do rural e do urbano.

O avanço da especulação, a crescente expulsão dos posseiros e a atuação


### O Autor

**Paulo Roberto R. Alentejano**
Doutor em Desenvolvimento e Agricultura na CPDA/UFRRJ e Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)



### Resumo

Desde 1950 o Rio de Janeiro tem sido palco de profundos conflitos fundiários, relacionados, num primeiro momento, com a resistência dos trabalhadores à especulação imobiliária e, posteriormente com a ocupação de terras por parte de trabalhadores desempregados, subempregados e mal aposentados. Nos últimos tempos a questão da reforma agrária tem ganho espaço crescente no âmbito do debate sobre a construção de um modelo democrático de desenvolvimento.



### Palavras-Chave

luta por terra, reforma agrária, desenvolvimento



### Abstract

Since 1950 Rio de Janeiro has been the place of rural conflicts, most of them related to peasant resistence, and land occupations

política do Partido Comunista somaram-se para tornar a área palco de violentos conflitos nos anos 50/60. Conforme demonstra Grynszpan (1987), o combate aos despejos se fazia através da luta pela permanência na terra, manifestações nas cidades, apelos às autoridades (deputados, governador, juízes), denúncias em jornais e ações na justiça, com base no direito de usucapião. Em diversas situações verificaram-se inclusive ações armadas, consideradas pelas associações de lavradores como "formas de autodefesa contra a violência dos grileiros" (Grynszpan, 1987, p.153).

Na medida em que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, as áreas de resistência se constituíam em exemplos a serem seguidos e incentivavam a vinda de mais posseiros para a região, gerando inclusive um novo fenômeno: as ocupações.

No início dos anos 60, as ocupações ganharam um caráter mais sistemático, tendo à frente a Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro (FALERJ), organizada pelo Partido Comunista. Os ocupantes eram não só do Rio, mas também de outros estados e não eram só lavradores, existindo já naquele momento trabalhadores ou desempregados de áreas urbanas, alguns dos quais arregimentados entre os quadros do PC, o que era usado como elemento desqualificador na luta política que se travava ao redor dos conflitos fundiários.

A principal reivindicação das associações era a desapropriação das terras em litígio e, já no período do governo de Roberto Silveira (1958/1961), começaram a se evidenciar sinais de uma nova ação dos poderes públicos sobre as áreas de conflito. Se, até então, a marca dessas ações havia sido a repressão, o novo governo propôs um Plano Piloto de Ação Agrária, logo transformado, por pressão do legislativo estadual, no Plano de Colonização de Terras Devolutas. Diversas áreas foram desapropriadas através do Plano, permitindo a permanência dos "posseiros" na terra. Mas também procurou-se, por seu intermédio, formar "associações de lavradores", e até mesmo uma federação, fora do controle dos comunistas, tentando atrair os lavradores para a órbita política do governador e de seu partido, o PTB (Grynszpan, 1987,p.240).

Nos anos seguintes, já no governo Badger Silveira, os Círculos Operários Católicos também buscaram expandir sua atuação junto ao campesinato, ao mesmo tempo em que novas forças políticas se voltaram para a mobilização desse segmento. É o caso de Tenório Cavalcanti, que, através de seu jornal (Luta Democrática), passou a assumir uma postura explicitamente favorável às organizações camponesas e a incentivar ocupações de terra.

O resultado deste conjunto de lutas é a ocorrência de uma série de desapropriações. Nos anos 50/60, sob a vigência do Plano de Ação Agrária do governo estadual foram realizadas 20 desapropriações de terra no estado do Rio de Janeiro, sendo 13 na área da Baixada, ao passo que a SUPRA<1>, no período 63/64, realizou 10 desapropriações no estado, sendo 8 na região, algumas incidindo sobre áreas já atingidas pelo Plano Agrário, mas que continuavam sendo palco de intensos conflitos.

É importante ressaltar que tais intervenções representam naquele momento mais de 50% das realizadas pelo governo federal no país todo, o que demonstra o grau de radicalização do conflito pela terra no Rio de Janeiro na época, embora o estado já fosse fortemente urbanizado.

Essa breve síntese mostra o quanto as lutas por terra na Baixada, provocaram disputas políticas e deram visibilidade à questão agrária fluminense, no mesmo momento em que a questão da terra era um dos principais temas em disputa no quadro político nacional, ao mesmo tempo que demonstra seu caráter rur-urbano desde os primórdios.

O golpe militar de 1964 interrompeu esse ciclo de mobilizações. A forte repressão que se abateu sobre as lideranças no nível nacional, também atingiu as lideranças do estado que se dispersaram e buscaram a clandestinidade, quando puderam escapar das mãos militares. Ao mesmo tempo, as áreas desapropriadas começaram a ser devolvidas aos antigos

by unemployed and other poor people, either from city and country. Nowadays the agrarian reform gets more importance as an alternative democratic way of development.

**Keywords**
land conflicts; agrarian reform; development

donos ou aos grileiros que alegavam o direito à propriedade destas. O motivo constante da maior parte das devoluções é bastante esclarecedor da própria característica que estamos apontando como central na questão agrária fluminense: alegava-se que se tratava de áreas com "vocação urbana", não sendo, pois, adequadas ao uso agrícola. Tal política desenvolvida pelos governos militares favoreceu o processo de especulação imobiliária que se intensificou na região.

Em que pesem esses fatos, a luta por terra permaneceu. O levantamento feito nos arquivos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) pela pesquisa "Dez anos de luta pela terra: 1969/1979" mostra a existência de diversas áreas de conflito, a partir de denúncias que chegavam à CONTAG e eram encaminhadas aos poderes públicos com a demanda de desapropriação, com base no Estatuto da Terra (Medeiros, 1983).

O registro desses conflitos, num período de intensa repressão, indica que, apesar da perseguição às lideranças que se formaram no pré-64, o sindicalismo que se implanta, desde 1962, a partir das associações de lavradores, acaba por servir, embora de forma bastante desigual, de acordo com as regiões em questão, de porta-voz de pelo menos parcela dos trabalhadores envolvidos na luta por terra. Um desses casos resultou inclusive numa das raras desapropriações de terra feitas nos governos militares: a da fazenda Conceição do Suruí, em Magé, em 1972, permitindo que tradicionais ocupantes, sofrendo ameaças de expulsão, permanecessem na terra.

É ainda importante assinalar que grande parte dos conflitos registrados nesse período ocorriam nas mesmas áreas objeto de disputa e palco das ações das associações de lavradores nos anos 50 e início dos 60, indicando tratar-se de uma luta surda e contínua.

Nos anos 70 os dois maiores pólos de conflitos serão as regiões da Baía da Ilha Grande e dos Lagos. Na primeira tem-se uma expressiva valorização das terras com a construção da Rio-Santos, rodovia que corta os municípios de Parati e Angra dos Reis, facilitando sobremaneira o acesso a estas áreas, até então relativamente isoladas do restante do estado, favorecendo a instalação na área de grandes projetos industriais e turísticos.

A população rural residente na área até então era composta basicamente de caiçaras – descendentes das antigas tribos indígenas da região –, remanescentes de quilombos e de fazendas escravistas cujos donos deixaram as terras para os antigos escravos. Constituíam assim grupos sociais com mínima articulação social e política, acesso extremamente restrito aos mecanismos jurídico-legais e precária formação educacional, tornando-se presas fáceis do processo de falsificação de documentos que está na base dos conflitos que resultaram na expulsão de boa parte destes segmentos das terras que ocupavam na região.

Na segunda área, é o avanço da especulação com fins turísticos que desencadeará inúmeros conflitos pela posse das terras da região, confrontando grileiros com posseiros e pequenos proprietários que há muito habitavam a região.

Área de maior expansão turística do estado a Região dos Lagos passa a ser alvo privilegiado das empresas imobiliárias e de construção civil, interessadas em expandir as áreas de veraneio para as classes média e alta da capital que buscam cada vez mais esta região, principalmente no verão, dadas suas características naturais: belas praias, muito sol e pouca chuva (trata-se da região do estado com índices pluviométricos mais reduzidos, fruto da combinação dos ventos constantes com a ressurgência, isto é a emergência de águas frias em Arraial do Cabo e Cabo Frio).

Nos anos 80, o palco dos principais conflitos volta a ser a Baixada Fluminense, local onde ocorrem a maior parte das ocupações de terra e conflitos fundiários no Rio de Janeiro.

Ao contrário dos anos 50/60, quando o confronto envolvia basicamente

posseiros e grileiros, nos anos 80 o conflito se dará em função da ação de desempregados e subempregados dos bairros pobres da periferia das cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro que, sem alternativas diante da profunda crise sócio-econômica do início dos anos 80, realizam uma série de ocupações de terra na região.

Embora a primeira ocupação de terra ocorrida no Rio de Janeiro no que se convencionou chamar de "período da abertura" tenha sido realizada no município de Cachoeiras de Macacu, na fazenda São José da Boa Morte, em 1979, envolvendo basicamente trabalhadores de origem rural da região, a maioria das ocupações que se seguem se dará nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé e terá o perfil descrito acima.

Um fato recorrente será a ocupação de áreas que já haviam sido palco de conflitos nos anos 50/60, como é o caso da própria São José da Boa Morte, mas também de Cachoeira Grande em Magé, de Normandia no então distrito de Japeri, de Morro Grande em Duque de Caxias, de Pedra Lisa em Nova Iguaçu. Isto indica que o processo de avanço de avanço da especulação não tinha sido tão intenso quanto se previa na década de 60, o que serviu inclusive de justificativa para a devolução por parte dos governos militares das áreas desapropriadas em 1963 e 1964, uma vez que alegava-se a "vocação urbana" de tais áreas.

Indica também a existência de uma certa continuidade histórica entre os processos, tanto no que se refere à existência de uma memória coletiva acerca dos conflitos ocorridos no passado, quanto no que diz respeito à presença de lideranças comuns entre os dois períodos.

Porém, se as áreas e até algumas lideranças são as mesmas, o contexto e os personagens envolvidos são distintos. O contexto não é o da resistência ao avanço da especulação, mas o da fuga das mazelas do mesmo processo de urbanização para o qual foram empurrados compulsoriamente milhões de brasileiros. Os envolvidos nos conflitos não são lavradores ou posseiros que cultivavam a terra e se vêm ameaçados de expulsão ou que já expulsos buscam uma nova área para plantar, mas trabalhadores que por estarem vivendo em más condições, assolados pelo desemprego, a exploração no trabalho, o subemprego, as más aposentadorias, a violência, as precárias condições de moradia, vêm como alternativa retornar ao campo - no caso dos que haviam migrado para as áreas urbanas em década passadas - ou se direcionar para este - no caso dos que sempre habitaram áreas urbanas.

Em comum há o fato de que em ambos os casos considerava-se que as perspectivas de sobrevivência nas áreas urbanas eram praticamente inexistentes, o que justificava a ruptura com a trajetória de vida até então traçada.

É necessário dizer que as primeiras ocupações não tinham interesse claramente definido no que diz respeito à conquista de terra para morar ou para plantar, engajando-se as pessoas indistintamente em ocupações de terra urbana e rural, pois o que estava por trás neste caso era a intenção de se ver livre da cobrança de aluguel que restringia ainda mais a já arrochada renda destes trabalhadores.

Com o tempo, porém, foi se estabelecendo uma separação mais nítida entre os que buscavam apenas um local para construir sua casa própria e os que além disso, se interessavam por um pedaço de terra maior que lhes possibilitasse produzir alimentos para a sua subsistência e a comercialização.

A ocupação emblemática dessa passagem é a de Campo Alegre, ocorrida em 1984 e que forçou o governo estadual à época comandado por Leonel Brizola a criar uma política agrária para o estado, o que até então não fazia parte das preocupações centrais de seu governo.<2>

De Campo Alegre proliferaram grupos que se organizaram para ocupar terras em outras áreas, como as fazendas Boa Esperança em Japeri, do Barreiro em Paracambi (atual Vitória da União), da Conquista em Valença, Pedra Lisa em Nova Iguaçu, o Mutirão da Fé em Queimados e tantos

outros, transformando a Baixada Fluminense na principal área de conflitos fundiários do estado do Rio de Janeiro nos anos 80, embora em outras regiões do estado também houvesse importantes conflitos, principalmente nas áreas que os haviam concentrado nos anos 70, mas também em outras, como a região Serrana, onde são criados os assentamentos Alpina e Santo Inácio a partir da mobilização de posseiros, parceiros e arrendatários.

Nos anos 90, observa-se novo deslocamento espacial das lutas pela terra no Rio de Janeiro, deixando estas de estar concentradas na Baixada e sofrendo um claro processo de interiorização. As regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas passam a ser palco da maior parte dos conflitos, o que está relacionado a dois aspectos: o retorno do MST ao estado do Rio de Janeiro, após a fracassada tentativa de se organizar no estado nos anos 80; e a mudança de tática por parte da FETAG/RJ que, depois de manter uma linha legalista durante os anos 80 e 90 e criticar as ocupações de terra no estado por contarem em sua maioria com trabalhadores oriundos do meio urbano, passa a promover ocupações a partir de 1999, arregimentando inclusive trabalhadores residentes nas periferias de cidades do interior.

Particularmente importante é a transformação do Norte Fluminense, região que concentra os maiores latifúndios e a maior parte dos trabalhadores rurais do estado, em palco de conflitos, uma vez que o enorme e secular poderio dos latifundiários da cana-de-açúcar era pela primeira vez colocado em questão.

É verdade que a região do Imbé, onde hoje se situa o assentamento Novo Horizonte fora palco de conflito no pré-64, num movimento comandado por uma das principais lideranças da época, José Pureza, porém a repressão sobre este foi tamanha que praticamente o apagou da memória dos trabalhadores da região <3>.

É com o retorno do MST ao Rio de Janeiro, no início dos anos 90 que são organizadas as primeiras ocupações de terras de usina no estado. Entretanto, durante um tempo, estas se limitarão à periferia da região canavieira, isto é, os municípios de Macaé e Conceição de Macabu. Somente em 1997 a atuação do MST atingirá o coração da região, quando são ocupadas as terras da Usina São João, situada a 7 km do centro de Campos. Posteriormente, novas áreas de usinas falidas serão ocupadas na região, nos municípios de Campos, Cardoso Moreira e São João da Barra, como as fazendas Marrecas e Ilha Grande da Usina Baixa Grande, onde hoje está o acampamento Che Guevara, e Saco Dantas e Arizona da mesma Usina, onde está o acampamento Chico Mendes e a Cambaíba, onde está o assentamento Oziel Alves .

Outro indicativo da dificuldade da luta pela terra adentrar o coração da região canavieira e do MST se territorializar nesta, está no fato de que o primeiro assentamento rural aí criado - com exceção do caso de Novo Horizonte - só o foi em 1997, uma vez que os trabalhadores que ocuparam a fazenda Santa Rita e Severina em Macaé foram transferidos para o assentamento Cambucaes no município de Silva Jardim, na região das Baixadas Litorâneas. Só em 1997 a fazenda Capelinha, em Conceição de Macabu, pertencente a uma usina falida, foi desapropriada, sob a pressão dos trabalhadores organizados pelo MST.

Não se pode ignorar também o desenvolvimento de lutas na região Sul, no Médio Vale do Paraíba, mais precisamente nos municípios de Barra Mansa e Resende, onde existem hoje, respectivamente, o assentamento da Fazenda do Salto - resultante de uma ocupação do iníio de 1997 - e o acampamento Terra Livre - fruto de uma ocupação realizada em meados de 1999.

A prioridade dada pelo MST/RJ - nesta sua segunda tentativa de se territorializar no estado - à interiorização reflete a visão negativa construída por estudiosos, mediadores, militantes, técnicos e sindicalistas rurais acerca dos assentamentos da Região Metropolitana, bem como as próprias dificuldades que o movimento enfrentou em sua primeira investida no estado.<4>

No entanto, se o MST buscou a interiorização como forma de escapar do que considerou como armadilha da proximidade dos grandes centros urbanos, não pode fugir à realidade da enorme urbanização no Rio de Janeiro, traduzida na presença de apenas 4% da população no campo. Isto é particularmente expressivo no Norte Fluminense, onde a maior parte dos empregados, subempregados e desempregados do setor canavieiro habita as periferias das cidades da região, principalmente Campos, nem de longe se aproximando do que seria a realidade da base original do MST, os pequenos produtores empobrecidos ou expropriados.
Trata-se neste caso, em geral, de trabalhadores que moram em favelas e têm como única experiência agrícola o trabalho no corte da cana, ou de antigos operários das usinas que vêm seu mercado de trabalho reduzir-se cada vez mais em função das sucessivas falências e que buscam na obtenção de terra uma alternativa de sobrevivência, ou ainda de trabalhadores urbanos crescentemente excluídos pelo processo de modernização em curso nas atividades urbanas.
Assim, novamente o movimento de luta pela terra no estado se depara com um elemento que em nossa hipótese se constituiu na década de 80 em obstáculo à territorialização do MST no estado: a dificuldade em lidar com o caráter urbano embutido na luta pela terra no Rio de Janeiro.

**As perspectivas da reforma agrária no Rio de Janeiro**

O estado do Rio possui 4.390.000 ha, sendo que destes 2.415.000 ha pertencem a estabelecimentos agropecuários, entretanto, apenas 1.183.000 ha são utilizados, sendo que somente 315.000 ha para lavoura, uma vez que 768.000 ha são destinadas a pastagens. Ou seja, mais de 50% da área dos estabelecimentos agropecuários não é utilizada e 32% é destinada a pastagens e apenas 13% à agricultura, o que corresponde a 7% do estado. (Ver Tabela 1)
Este quadro é indicativo do reduzidíssimo índice de utilização produtivo da terra no Rio de Janeiro, o que justifica aliás os intensos conflitos fundiários de que o Rio tem sido palco. Isto se agrava quando observamos a precariedade do acesso dos pequenos produtores à terra, uma vez que os estabelecimentos com menos de 10 ha correspondem a 53% do total (28,5 mil), mas, ocupam apenas 4% da área total (98 mil ha), enquanto os com mais de 1000 ha (200) possuem 15% da área total (374 mil ha). (Ver tabela 2)
Não à toa, isto se reflete no baixíssimo percentual (1,2%) de produtores agrícolas estaduais tiveram acesso à crédito em 1996.
A este quadro estrutural soma-se a crise conjuntural que se abateu sobre a agropecuária estadual nos últimos anos, o que se reflete na queda da população empregada na agricultura de 322 mil em 1985 para 174 mil em 1996, representando uma redução de 46%.
No que se refere à questão dos assentamentos, observa-se a existência no Rio de Janeiro de 57 assentamentos rurais, sendo 27 do Governo Estadual (60% na Região Metropolitana) e 30 do INCRA. (Ver Tabela 3 e Mapa Anexo)
Os assentados somam um total de 5.549 famílias e a área desapropriada de aproximadamente 80.000 ha, perfazendo uma média de 14 ha por família, embora as diferenças sejam enormes, predominando os lotes com menos de 5 ha, principalmente nos assentamentos do Governo Estadual. Há ainda 20 áreas de conflito que incluem inclusive alguns dos assentamentos, sendo que os acampamentos organizados pelo MST são hoje em número de 5.
Ora, o que se observa no Rio de Janeiro é a existência de uma expressiva quantidade de terras improdutivas e de boas condições, principalmente para a produção de olerícolas e criação de pequenos animais, porém, o processo maciço de expulsão de trabalhadores do meio rural fluminense ocorrido nos últimos anos faz com que a realização de um processo de reestruturação

fundiário tenha necessariamente que incorporar trabalhadores que se encontram hoje desempregados e subempregados nas cidades fluminenses.
Assim, a realização de uma reforma agrária no Rio de Janeiro representa uma confrontação direta com a orientação política dominante nos órgãos governamentais responsáveis pela questão agrária no Brasil, o que a torna de difícil execução, ainda mais pela precariedade da organização dos movimentos sociais rurais no Rio de Janeiro. Nem por isso devemos ignorar as potencialidades que a reforma agrária tem no estado e a contribuição que pode dar para o desenvolvimento regional e a reorganização do espaço fluminense, tão fortemente marcado pela urbanização e a metropolização

**Referências Bibliográficas**


ALENTEJANO, Paulo R. R. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. 1997. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Agricultura). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

_____. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro. Textos CPDA, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.3, setembro/1998.

GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de Mestrado, 1987. PPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro.

_____. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada. In: Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.33, n.2, 1990.

MEDEIROS, Leonilde. Servolo de. (Coord.). Dez anos de luta pela terra: 1969-1979: levantamento de conflitos - Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEDEC-ABRA-CPDA/UFRRJ, 1983.

MEDEIROS L. S. et all. Luta por terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS/CPDA/UFRRJ, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

NOVICKI, Victor de A. O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987). 1992. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

_____. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). In: MEDEIROS, L. et all (Orgs.). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1994.


**Notas**

**1.** Superintendência da Reforma Agrária, órgão do governo federal criado no período João Goulart

**2.** NOVICKI (1992) faz uma excelente análise do desenvolvimento da política agrária do governo Leonel Brizola, destacando a competição que se instaura entre os representantes do aparelho estatal, as lideranças e os representantes dos movimentos sociais ou das entidades de apoio à luta pela terra.

**3**. PESSANHA (1997) chama a atenção para o fato de que na região do Imbé os trabalhadores mais antigos que estão hoje assentados criaram uma forma de se referir ao episódio como a "má reforma agrária" ou a "reforma agrária radical", em contraposição ao processo que originou o assentamento Novo Horizonte, qualificado de "boa reforma agrária", "reforma agrária legal e pacífica", uma vez que a última seria fruto não do conflito, mas do direito que os trabalhadores teriam sobre as terras em função da falência da Usina.

**4.** O fato do MST ter promovido uma ocupação na Baixada no final de 1999, no limite dos municípios de Japeri e Miguel Pereira, não significa que a prioridade tenha se invertido ou as dificuldades cessado, sendo uma ocupação secundária dentro da estratégia do MST/RJ.